



LUCIANA PEDROSO XAVIER

Prefácio

*Rodrigo Xavier Leonardo*

# OS *TRUSTS* NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

9

Belo Horizonte

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO  
2023



É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Coordenação  
Marcos Ehrhardt Júnior

### Conselho Editorial

### Conselho Editorial da Coleção

Ana Carolina Brochado Teixeira  
Anderson Schreiber  
Eroulths Cortiano Junior  
Fabiola Albuquerque Lobo  
Flávio Tartuce  
Gustavo Tepedino  
Nelson Rosenvald  
Paulo Lôbo  
Rodrigo da Cunha Pereira

Adilson Abreu Dallari  
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho  
Alexandre Coutinho Pagliarini  
André Ramos Tavares  
Carlos Ayres Britto  
Carlos Mário da Silva Velloso  
Cármen Lúcia Antunes Rocha  
Cesar Augusto Guimarães Pereira  
Clovis Beznos  
Cristiana Fortini  
Dinorá Adelaide Musetti Grotti  
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (*in memoriam*)  
Egon Bockmann Moreira  
Emerson Gabardo  
Fabrício Motta  
Fernando Rossi  
Flávio Henrique Unes Pereira  
Floriano de Azevedo Marques Neto  
Gustavo Justino de Oliveira  
Inês Virgínia Prado Soares  
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes  
Juarez Freitas  
Luciano Ferraz  
Lúcio Delfino  
Marcia Carla Pereira Ribeiro  
Márcio Cammarosano  
Marcos Ehrhardt Jr.  
Maria Sylvia Zanella Di Pietro  
Ney José de Freitas  
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho  
Paulo Modesto  
Romeu Felipe Bacellar Filho  
Sérgio Guerra  
Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Lúis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1238851

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

X3t	Xavier, Luciana Pedroso Os trusts no direito brasileiro contemporâneo / Luciana Pedroso Xavier. – Belo Horizonte : Fórum, 2023. 357 p. ; 14,5cm x 21,5cm. Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos ; v.9  ISBN: 978-65-5518-416-7 ISBN da coleção: 978-85-450-0675-6  1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Trusts. 4. Patrimônio de afetação. 5. Fidúcia. 6. Direito comparado. I. Título. II. Série.
2022-16889	CDD: 347 CDU: 347

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

XAVIER, Luciana Pedroso. *Os trusts no direito brasileiro contemporâneo*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. (Coleção Fórum Direito Civil e Seus Desafios Contemporâneos, v. 9). 357 p. ISBN 978-65-5518-416-7.

## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO	
<b>Marcos Ehrhardt Júnior</b> .....	15
PREFÁCIO	
<b>Rodrigo Xavier Leonardo</b> .....	17
INTRODUÇÃO .....	19
CAPÍTULO I	
ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO <i>TRUST</i> .....	27
1.1 Primeiras noções sobre o <i>trust</i> .....	27
1.2 O <i>trust</i> como instituto decorrente da história da tradição <i>common law</i> .....	31
1.3 A querela franciscana e os novos contornos do domínio .....	43
1.4 O reconhecimento jurídico dos <i>trusts</i> .....	56
CAPÍTULO II	
O ESFORÇO PARA A ESTIPULAÇÃO DE UM CONCEITO INTERNACIONAL DE <i>TRUST</i> .....	59
2.1 A Convenção da Haia sobre a Lei Aplicável ao <i>Trust</i> e a seu Reconhecimento .....	59
2.2 Incorporação de tratados internacionais .....	88
2.3 Reconhecimento da existência de <i>trusts</i> pelo direito brasileiro ...	94
2.4 O projeto de quadro comum de referência .....	97
2.5 A experiência italiana .....	108
CAPÍTULO III	
CLASSIFICAÇÕES DOS <i>TRUSTS</i> .....	115
3.1 Classificação quanto à formação dos <i>trusts</i> .....	115
3.2 Classificação quanto à finalidade .....	123
3.3 Classificação quanto ao momento de criação .....	127
3.4 Classificação quanto à revogabilidade do <i>trust</i> .....	129

3.5	Classificação quanto à liberalidade do <i>trustee</i> .....	131
3.6	A profusão das modalidades de <i>trusts</i> .....	132

## CAPÍTULO IV

A SINGULARIDADE DOS <i>TRUSTS</i> E SEU COTEJO COM INSTITUTOS ASSEMELHADOS.....		135
4.1	Enfiteuse e <i>trust</i> .....	135
4.2	Fideicomisso e <i>trust</i> .....	143
4.3	Sociedade de propósito específico.....	152
4.4	Patrimônios de afetação .....	157
4.4.1	O patrimônio de afetação na incorporação imobiliária.....	157
4.4.2	Os patrimônios de afetação no Código de Processo Civil de 2015 .....	168
4.4.2.1	A constituição de capital para garantia de prestação alimentícia decorrente de ato ilícito (artigo 533 do CPC/2015).....	169
4.4.2.2	A impenhorabilidade de créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária (artigo 833, inciso XII do CPC/2015).....	180
4.4.2.3	Críticas às disposições do CPC/2015 .....	187
4.4.3	As diferenças entre a sociedade de propósito específico e o patrimônio de afetação.....	189
4.5	Sociedade em conta de participação .....	193
4.6	Empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade limitada unipessoal.....	200
4.7	O Projeto de Lei do Senado nº 487/2013 (Novo Código Comercial) e o contrato fiduciário .....	207
4.7.1	Uma situação inusitada: a duplicidade de projetos que almejavam um Novo Código Comercial .....	207
4.7.2	Críticas doutrinárias à instituição de um novo Código Comercial .....	209
4.7.3	O contrato fiduciário previsto no PLS nº 487/2013 de Novo Código Comercial .....	214
4.7.4	O contrato fiduciário no Projeto de Lei nº 4.758/2020.....	219

## CAPÍTULO V

O RECONHECIMENTO DOS <i>TRUSTS</i> PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS PERSPECTIVAS PARA A RECEPÇÃO DESSA FIGURA NO BRASIL .....		223
5.1	O tratamento dos <i>trusts</i> na legislação fiscal brasileira e os desafios criados pela sua estigmatização .....	223

5.1.1	<i>Trusts</i> , uma realidade jurídica brasileira .....	223
5.1.2	A normatização do regime de Capitais Brasileiros no Exterior ...	227
5.1.3	A Lei de Repatriação de Divisas .....	234
5.1.4	O mau uso de <i>trusts</i> em paraísos fiscais para a lavagem de dinheiro .....	235
5.2	As lacunas colmatadas pelos <i>trusts</i> na tutela dos incapazes e das pessoas com deficiência .....	247
5.2.1	Uma breve radiografia da família contemporânea e os desafios da proteção dos incapazes e das pessoas com deficiência em relação a <i>trusts</i> .....	247
5.2.2	O regime das incapacidades captado nas legislações pátrias.....	252
5.2.3	As potencialidades do <i>trust</i> na proteção dos incapazes e das pessoas com deficiência .....	265
5.3	Premissas para a recepção de <i>trusts</i> no Brasil.....	278
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....		291
REFERÊNCIAS.....		295
ANEXOS.....		333
Anexo 1: Proposta de uma nova tradução para o português da Convenção da Haia sobre a Lei Aplicável ao <i>Trust</i> e a seu Reconhecimento .....		335
Anexo 2: Representação gráfica do uso da terra ( <i>use of lands</i> ).....		355
Anexo 3: Representação gráfica do <i>trust</i> .....		357